COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 5.196, DE 2013

Acresce Capítulo VIII ao Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor; e parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Paes Landim

I - RELATÓRIO

Por meio da presente Proposição, o Poder Executivo alega que, conforme exarado na Exposição de Motivos:

“O objetivo da medida é conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, em especial dos PROCONs, para que, além da aplicação de multas, possam estabelecer medidas corretivas aos fornecedores que incorram em infrações aos direitos dos consumidores. Outro objetivo é permitir que as conclusões das audiências realizadas pelas autoridades administrativas de defesa do consumidor possam ser utilizadas pelos Juizados Especiais, evitando-se duplicidade de procedimentos e garantindo maior agilidade.”

O projeto de lei busca acrescentar um Capítulo ao Título I da Lei nº 8.078, de 1990 Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), intitulado “Das Medidas Corretivas”.

O artigo 60-A permite à autoridade administrativa (Procons e órgãos ou entidades equivalentes da Administração Pública) aplicar medidas corretivas,

cumulativa ou isoladamente – além das multas –, em caso de infração às normas de defesa do consumidor, que seriam substituição ou reparação do produto; devolução da contraprestação paga pelo consumidor mediante cobrança indevida; cumprimento da oferta pelo fornecedor, sempre que esta conste por escrito e de forma expressa; devolução ou estorno, pelo fornecedor, da quantia paga pelo consumidor quando o produto entregue ou serviço prestado não corresponda ao que expressamente se acordou pelas partes; prestação adequada das informações requeridas pelo consumidor, sempre que tal requerimento guarde relação com o produto adquirido ou serviço contratado.

O descumprimento do prazo fixado pela autoridade administrativa para a obediência da medida corretiva imposta implicará a imputação de multa diária, graduada segundo a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor. Essa multa será revertida, conforme o caso, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos ou aos fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor.

O art. 60-B atribui às decisões administrativas que apliquem aquelas medidas corretivas a natureza de título executivo extrajudicial. Em parágrafo único, o dispositivo estabelece que, quando as medidas corretivas forem adotadas em favor de um consumidor específico, este detém a legitimidade para postular sua execução, sem prejuízo das competências legais do Ministério Público.

Em seu art. 2º, o projeto de lei acresce parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.099, de 1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no sentido de que, registrado o pedido do autor de ação judicial no procedimento sumaríssimo em questão, a Secretaria do Juizado designará sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias, independentemente de distribuição e autuação. O parágrafo permite que, quando esse pedido for instruído com termo de audiência realizada em órgão público de proteção e defesa do consumidor que ateste ausência de conciliação entre as partes, a Secretaria do Juizado designará, desde logo, audiência de instrução e julgamento, promovendo a citação do réu e, se requerida, a intimação das testemunhas arroladas pelo autor.

A Comissão de Defesa do Consumidor, analisando o mérito da proposta, aprovou-a nos termos de Substitutivo, com complementação de Voto do

Relator, que aprovou a Emenda nº 1 ao Substitutivo em sua totalidade, e parcialmente a de nº 2, também ao Substitutivo; rejeitando duas Emendas apresentadas ao Projeto.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Nesta CCJC, foi apresentada uma emenda, no prazo regimental, do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Após mudança de tramitação, este projeto de lei passou a ter urgência constitucional, com apreciação do Plenário da Casa.

Em Plenário, foram apresentadas sete Emendas.

A Emenda do Sr. Júlio Delgado pretende incluir no art. 60-A do Projeto obrigatoriedade de instauração de processo administrativo, para a aplicação de sanções, com o fim de resguardar direito constitucional do contraditório e ampla defesa. Estabelece, ainda, que o processo deverá observar o disposto no Decreto 2.181, de 20 de março de 1997.

A primeira Emenda do Sr. Deputado Weverton Rocha faculta o arrependimento ao consumidor, quando receber produto em data posterior à da compra. A segunda Emenda permite o arrependimento quando a oferta do produto ou serviço se der por meio de internet. Estabelece prazo de dez dias para o arrependimento, quando se tratar de serviço que poderia afetar outros consumidores, como os compradores de passagem de avião.

O Sr. Deputado Marcus Pestana apresentou quatro Emendas. A primeira pretende alterar a Lei 9.099/95 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Objetiva adequá-la aos ditames do novel Código de Processo Civil – Lei 13.105, de 16 de março de 2015, no que concerne à intimação de testemunha e determinar procedimentos relacionados a ela (art. 455 do NCPC).

As outras três alteram o projeto o art. 60-A do Projeto. Uma dá nova redação ao § 1º do PL, no sentido de esclarecer qual tipo de multa deve ser aplicada, no caso de descumprimento de medida corretiva, que não deve confundir-se com multa relacionada a infrações às normas do consumidor.

Duas outras acrescentam parágrafos ao art. 60-A. Uma, que acrescenta um § 3º, pretende esclarecer qual é o tipo de multa a ser aplicada. A que

acresce o § 4º permite a impetração de recurso administrativo contra medida aplicada em caráter corretivo, que deverá ser apreciado por autoridade hierarquicamente superior à que tiver exarado a decisão.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria sob comento encontra-se de acordo com a nossa Constituição Federal; art. 22, a iniciativa desta lei por parte do Poder Executivo é adequada; e não atenta contra quaisquer princípios esposados por nossa Magna Carta.

O projeto e o Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor são constitucionais nesses aspectos.

Não há, outrossim, injuridicidade.

A técnica legislativa, com as correções que serão feitas por nosso Substitutivo, é adequada. Há necessidade de correção do art. 1º do PL e exclusão da expressão (NR), quando há acréscimo de dispositivo, na conformidade do que dispõe a Lei Complementar 95/98.

No mérito, que também deve ser considerado como um juízo de juridicidade, concordamos com as alterações propostas pela Comissão de Defesa do Consumidor e também com algumas Emendas de Plenário.

Assim, nosso voto é pela rejeição da Emenda apresentada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, de algumas Emendas de Plenário, do Projeto de Lei n.º 5.196, de 2013; tudo na forma da Subemenda do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2016.

Deputado **PAES LANDIM**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.196, DE 2013

Acresce Capítulo VIII ao Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta Capítulo VIII ao Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor, para dispor sobre a aplicação de medidas corretivas pela autoridade administrativa, em favor do consumidor, nas hipóteses que menciona.

Art. 2º A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente pela internet, telefone ou em domicílio.

§1º Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

§2º No caso de serviços cuja contratação implique redução de capacidade de oferta para outros consumidores, o direito de arrependimento previsto neste artigo deverá ser exercido com antecedência mínima de dez dias da data da prestação. (NR)

“Título I”

“CAPÍTULO VIII”

“DAS MEDIDAS CORRETIVAS”

Art. 60-A. Sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo VII, a autoridade administrativa, em sua respectiva área de atuação e competência, poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, em caso de infração às normas de defesa do consumidor, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, e em face de reclamação fundamentada formalizada por consumidor, as seguintes medidas corretivas, fixando prazo para seu cumprimento:

I - substituição ou reparação do produto;

II - devolução do que houver sido pago pelo consumidor mediante cobrança não ajustada entre as partes ou não autorizada por lei ou regulamento;

III - cumprimento da oferta pelo fornecedor, sempre que esta conste por escrito e de forma expressa;

IV - devolução ou estorno, pelo fornecedor, da quantia paga pelo consumidor, quando o produto entregue ou serviço prestado não corresponda ao que expressamente se acordou pelas partes; e

V - prestação adequada das informações requeridas pelo consumidor, sempre que tal requerimento guarde relação com o produto adquirido ou serviço contratado.

§ 1º Para assegurar o cumprimento do prazo fixado pela autoridade administrativa para efetivação da medida corretiva imposta, ou do cumprimento do acordo extrajudicial celebrado entre as partes, será fixada multa, cujo valor total acumulado fica limitado ao valor do bem ou do serviço objeto da reclamação.

§ 2ºA multa de que trata o § 1º será destinada, conforme o caso, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos ou aos fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor.

Art. 60-B. Os acordos extrajudiciais que resultem de transação entre o consumidor e o fornecedor realizados perante os órgãos do sistema nacional de defesa do consumidor constituirão título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. É do consumidor a legitimidade para postular a execução do acordo extrajudicial a que se refere o caput ou da medida corretiva imposta pela autoridade administrativa, sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Ministério Público e demais órgãos legitimados, nos termos do Código de Processo Civil e legislação aplicável.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2016.

Deputado **PAES LANDIM**
Relator